



Sérgio Borges

A reunião do Conselho foi dirigida pelo ministro Galvêas

“O governo tem escolhido um caminho mais tranquilo para realizar suas tarefas, uma diretriz que se ajusta ao objetivo básico do presidente, que é o de caminhar seguramente na direção da abertura política, de não criar nenhuma perturbação no processo político.”

As justificativas de Delfim

A desindexação da economia, inclusive dos salários, “é uma sugestão aparentemente muito simpática”, mas é, ao mesmo tempo, “uma coisa extremamente complexa. Numa economia totalmente amarrada como a nossa, os riscos de desindexação são extremamente graves”. Esta foi a justificativa apresentada ontem pelo ministro do Planejamento, Delfim Neto, para não aprovar as propostas feitas por empresários com este objetivo. O ministro mostrou-se, porém, francamente favorável à compressão salarial e até à abolição da semestralidade dos reajustes, para que a inflação caia efetivamente.

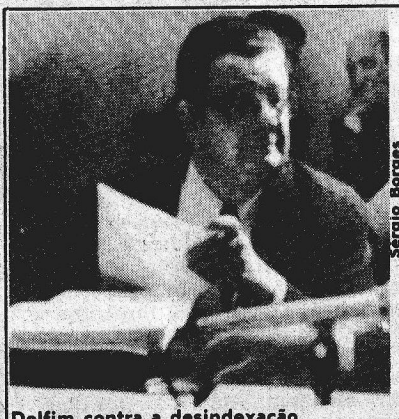
Especificamente sobre a desindexação da correção monetária, o governo preferiu “uma política mais tranquila de redução da inflação do que uma política dramática”. O pacote “terá uma eficácia menor, em termos da velocidade que teria se tivéssemos caminhado na direção de uma política salarial mais ajustada, uma política que trabalhasse não com uma inflação passada, mas com a futura, que permitiria uma redução mais drástica e mais rápida da inflação”.

— Ocorre porém que o governo tem escolhido um caminho mais tranquilo para realizar suas tarefas, uma diretriz que se ajusta ao objetivo básico do presidente que é o de caminhar seguramente na direção da abertura política, de não criar nenhum impedimento que possa vir a representar uma perturbação no processo político.

Delfim anunciou que, desse modo, “vamos caminhar na direção de uma redução da taxa de inflação, de forma paulatina, mas segura”. Para alcançar esse objetivo, o ministro considerou as medidas de ontem “suficientes e eficazes”, ainda que possa comportar algum sacrifício, “que valerá a pena, uma vez que, em alguns meses, vamos começar a verificar os resultados dessa política”.

Acabou a conta-petróleo

Com o reajuste de 44,3% no preço da gasolina, que passou de Cr\$ 210 para Cr\$ 303 o litro, o ministro do Planejamento assegurou que foi eliminada a conta-petróleo, resultante da diferença entre o dólar utilizado pela Petrobrás para pagar o petróleo importado e o dólar efetivo no câmbio oficial. Segundo Delfim, “mudou-se a sistemática, e a Petrobrás está operando hoje com preços internacionais ao câmbio do dia; o preço do petróleo nacional está sendo cobrado ao preço do importado, que é o preço do mercado”. Ele



Delfim contra a desindexação

defendeu essa solução, afirmando que a Petrobrás precisa de recursos para prosseguir no seu programa de investimentos.

No caso da retirada dos subsídios do trigo, Delfim disse que “faremos a coisa com um pouquinho mais de cuidado. Hoje estamos cobrando um terço do valor do trigo. A expectativa é de que os subsídios ao trigo serão retirados de forma gradual, porque o efeito sobre o preço do pão e das massas será maior”.

Queda nas estatais

Delfim anunciou que na próxima segunda-feira será divulgado o orçamento das empresas estatais, que prevê uma queda no nível de investimentos da ordem de 25% em termos reais, ou seja, descontando a inflação, enquanto as despesas globais cairão cerca de 3%, em termos nominais.

O ministro classificou como “a grande novidade a redução nas despesas de custeio das empresas do governo, afirmando que elas estão compensando essa queda mediante o aumento dos seus índices de produtividade”.

O FMI e o pacote

Delfim considerou “uma grande tolice” admitir que as medidas foram adotadas por pressão do Fundo Monetário Internacional, afirmando que “no tipo de arranjo que hoje temos com o Fundo, que é o de facilidades estendidas, o próprio programa impõe um crescimento”. Para ele, “o maior absurdo seria imaginar que um clube criado pelos países para resolver os seus problemas, fosse impor ao país alguma coisa que representasse uma diminuição do seu crescimento, uma ampliação do desemprego ou uma queda dramática do salário real”.

Para Delfim, “o FMI apenas analisa o programa dos governos, concorda ou não com eles. E, quan-

do concorda, ajuda; quando não concorda, não ajuda”. Segundo o ministro, o caso brasileiro é de inflação provocada pelo déficit do setor público, e o que se recomenda é um corte do déficit público, para obter-se uma correção mais rápida da inflação.

Comentando o pronunciamento do senador Roberto Campos (PDS-MT), na última quarta-feira, quando sugeriu uma moratória negociada, o ministro do Planejamento afirmou que “nós estamos negociando todos os dias: a moratória negociada é mais uma questão de semântica. Vamos continuar nessa nossa linha, continuaremos a negociar todos os dias”.

Salários

Ele considerou “absolutamente correta” a afirmação do senador do PDS, segundo a qual não é possível fixar o salário real simplesmente estabelecendo salários nominais. “Se isso fosse possível, não existiria nenhum problema. A semestralidade, no fundo, é uma tentativa de aumento do salário real. Simplesmente ela produz uma aceleração na inflação, que ocorre exatamente para corrigir a tentativa de ampliar o salário real.”

O ministro disse que a inflação vai cair, mas não aquilo que o governo gostaria porque “a política salarial não está ajustada à redução da demanda” que ocorrerá em decorrência do pacote. Ele previu, também, uma queda nas taxas de juros, mas afirmou não ter a menor idéia de quanto será essa redução.

Delfim fez estas previsões ao chegar para a reunião do Conselho Monetário Nacional que aprovou o novo pacote econômico. Informou que as medidas para o corte nas despesas das estatais deverão estar prontas segunda-feira.

Para o ministro do Planejamento, o novo pacote nada tem a ver com a imagem externa do País. “A credibilidade do Brasil no Exterior não está ligada a nenhum pacote. Temos que continuar trabalhando e fazer as coisas que parecem corretas. Isto é que é importante.”

O ministro refutou as críticas dos empresários quanto à validade do pacote, que acham as medidas insuficientes para resolver a crise econômica. “Vamos esperar para ver se é inócuo mesmo.” Quanto ao pedido da classe empresarial para fazer a desindexação total da economia, Delfim Neto indagou: “O que eles estão recomendando é desindexar os salários dos preços? É uma proposta”.